



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI Nº 32/2010

PROTOCOLADO SOB Nº 778/2010

EM 26/05/2010

/2004		ATA
APROVADO EM	/	/2010
REJEITADO EM	/	/2010
ARQUIVO		

“Dispõe sobre a adoção de pontos de embarque/desembarque de passageiros de transporte coletivo no Município do Rio Grande e dá outras providências”.

Art.1º - É instituída a adoção, por órgãos, entidades ou empresas, de pontos de embarque/desembarque de passageiros de transporte coletivo do Município.

Art.2º - A ação importa em responsabilidade pela manutenção e conservação do ponto de ônibus adotado.

Parágrafo único – Pode o adotante, além da conservação e manutenção, participar financeiramente, parcial ou integralmente, na implantação de melhorias da parada de ônibus adotada.

VISTO

\_\_\_\_\_  
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2010

PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_/2010

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

/2004		ATA
APROVADO EM	/	/2010
REJEITADO EM	/	/2010
ARQUIVO		

Art.3º - É facultado ao adotante a colocação de mensagens publicitárias no ponto de ônibus adotado, nas condições e especificações que estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 26 de maio de 2010.

Luciane Compiani Branco  
Vereadora do PMDB

VISTO

\_\_\_\_\_  
Presidente



A mais antiga do Estado  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO

Processo nº 778/2010

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o(a) Vereador (a)

HEL. DELAMAR O. MILAPACHEA

- ☒ Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.  
( ) Não Requerido o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.

Deliberou a Comissão de:

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico.  
( ) Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 08 de junho de 2010

314  
Presidente da Comissão

### PARECER JURÍDICO

Nº 587

- Sanção de*  
*Trata-se de*  
*Projeto de Lei*  
*para a criação*  
*de lei reguladora*  
*de matéria que*  
*é jurídica.*
- ( ☒ ) Em anexo  
( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 01 de junho de 2010

314  
Consultor Jurídico

### DESPACHO

Na condição de Relator (a):

- ( ☒ ) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.  
( ) Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.  
( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 08 de junho de 2010

314  
Relator(a)





Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇOS PÚBLICOS,  
INFRA-ESTRUTURA, SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA**

PARECER

PROCESSO... 778/2020 .....

Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara o referido como:

( ) CONSTITUCIONAL

( ) INCONSTITUCIONAL

(X) ANTIJURÍDICO

( ) ANTIREGIMENTAL

( ) INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

Este é o parecer desta comissão.

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, 08 de junho de 2020

34  
.....  
Presidente

.....  
Vice-Presidente

.....  
Secretário

.....  
Membro

**LEI Nº 6.171  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005.**

**“DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE ABRIGO DE  
ÔNIBUS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, em seu art. 51, Inciso III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica criada a adoção de abrigos de ônibus por entidades públicas ou privadas.

**Art. 2º** - A adotante fica responsável pela implantação em locais indicados pelo Executivo Municipal, manutenção e conservação do abrigo adotado para a utilização dos passageiros usuários do transporte coletivo.

**Parágrafo único** – A adotante pode registrar a sua participação junto ao equipamento ou utilizar os espaços reservados para propaganda comercial de sua empresa.

**Art. 3º**- O prazo de duração da adoção será de 02 (dois) anos.

**Art. 4º** - Os abrigos de ônibus a serem implantados serão executados em conformidade com o projeto elaborado pela Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMSTT.

**Art. 5º** - Fica designada a Secretaria Municipal da Segurança, dos Transportes e do Trânsito – SMTT para proceder à adoção de abrigo de passageiros de ônibus arrolados no art. 1º desta Lei.

**Art. 6º** - O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias da sua publicação.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** - Revoga-se a Lei nº 5.242, de 22 de junho de 1998.

Gabinete do Prefeito, 23 de novembro de 2005.

**JANIR BRANCO**  
**Prefeito Municipal**